REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

ANOTAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO E A COLEÇÃO TERENA NO MAE-USP (1914, 1947 E 1986) – TRAJETÓRIA DOS OBJETOS E SUBSÍDIOS PARA PESQUISAS

Marília Xavier Cury*

RESUMO

Em 1947 Herbert Baldus formou uma coleção Terena na Terra Indígena Araribá, SP. A coleção foi incorporada ao Museu Paulista e desde 1989 está sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Entre 2017 e 2019, foi realizado o estudo de curadoria da coleção, cruzando documentos e inventários para atualização na base documental. Os resultados revelam as camadas documentais produzidas no tempo (complementárias ou contraditórias) como parte da história da coleção e da museografia nos museus; assim como dados mais precisos sobre a coleção a partir da trajetória dos objetos.

Palavras-chave: Coleção Terena; curadoria; Museu Paulista.

* Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (MAE-USP), InterMuseologias - Laboratório Interfaces entre Museologias - Comunicação, Mediação, Públicos e Recepção. Bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq, projeto 30481020177 - A indigenização do museu - Perspectivas para coleções indígenas e Projeto CNPq 44368320158 - Museu - Requalificação de coleções.
E-mail: maxavier@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4661-9525>.

NOTES ON DOCUMENTATION AND THE TERENA COLLECTION AT MAE-USP (1914, 1947 AND 1986) – TRAJECTORY OF OBJECTS AND CONTRIBUTIONS TO RESEARCH

ABSTRACT

In 1947 Herbert Baldus formed a Terena collection in the Araribá Indigenous Land, SP. The collection was incorporated into the Paulista Museum, since 1989 under the custody of the Museum of Archeology and Ethnology at the University of São Paulo (MAE-USP). Between 2017-2019, the curatorial study of the collection was carried out, crossing documents and inventories, in order to update the documentary base. The results reveal the documentary layers produced through time (complementary or contradictory), as part of the history of the collection and museography in museums, as well as more precise data about the collection by the trajectory of objects.

Keywords: Terena Collection; curatorship; Museu Paulista.

NOTAS SOBRE LA DOCUMENTACIÓN Y LA COLECCIÓN TERENA EN MAE-USP (1914, 1947 Y 1986) – TRAYECTORIA DE LOS OBJETOS Y CONTRIBUCIONES A LA INVESTIGACIÓN

RESUMEN

En 1947 Herbert Baldus forma una colección Terena en la Tierra Indígena Araribá, SP. La colección fue incorporada al Museo Paulista, desde 1989 bajo la custodia del Museo de Arqueología y Etnología de la Universidad de São Paulo (MAE-USP). Entre 2017-2019 se realizó el estudio curatorial de la colección, cruzando documentos e inventarios, para su actualización en la base documental. Los resultados revelan las capas documentales producidas en el tiempo (complementarias o contradictorias), como parte de la historia de la colección y museografía en museos, así como datos más seguros sobre la colección por la trayectoria de los objetos.

Palabras clave: Colección Terena; curaduría; Museu Paulista.

INTRODUÇÃO

A partir de setembro de 2016 até o presente, como projeto institucional do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP)¹, foi iniciado um projeto colaborativo com grupos indígenas das Terras Indígenas (TI) Araribá (Avaí), Icatu (Braúna) e Vanuîre (Arco-Íris), localizadas no estado de São Paulo. Posteriormente, tal projeto foi intitulado pelos envolvidos como Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena.

Esse projeto trata-se de uma ação em colaboração que envolve todo o processo curatorial, tendo como eixo a comunicação museológica como promotora de (i) integração-aproximação entre pesquisa e comunicação em museu; (ii) articulação de setores museais de pesquisa, salvaguarda e comunicação; (iii) interação entre profissionais de museus e grupos indígenas; e (iv) inserção dos diversos setores do museu na relação dialógica que favoreça o ideal museológico da participação e acesso. Entre tantas contribuições do projeto², uma delas refere-se ao levantamento das coleções relacionadas aos grupos participantes. Dentre tais coleções, destaca-se a coleção Terena, sobre a qual trataremos neste artigo.

O acesso à coleção e a cada objeto é parte da curadoria e se inicia no setor de documentação museológica de qualquer instituição, entendido como um lugar de informações organizadas e sistematizadas para a consulta, em que é possível chegar aos registros e dados de catalogações e, então, aos objetos, fisicamente falando, que precisam ser localizados na reserva técnica, dados disponibilizados também pela documentação. Esse sistema documental deve monitorar a circulação do objeto, seu deslocamento institucional, “[...] bem como o tratamento e organização das informações sobre o objeto, lembrando que se lida com representações através da linguagem” (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2000, p. 241).

Nos museus consolidados há décadas e de médio ou grande porte, a documentação museológica é um trabalho organizado por equipe técnica no presente, mas anteriormente outras equipes de outros tempos passados colaboraram (VELOSO Jr, 2019), ou seja, a documentação é processual e contínua, não se esgota, pois novos elementos são agregados pela pesquisa, exposição, publicação e outras possibilidades que marcarão a trajetória institucional de cada objeto museológico. No MAE-USP – instituição criada em 1989 a partir da reunião das coleções de arqueologia e etnologia da USP, procedentes do antigo MAE, do Instituto de Pré-História Paulo Duarte, do Acervo Plínio Ayrosa da Faculdade de Filosofia, Letras de Ciências Humanas e do Museu Paulista – isso acontece por causa desse diferencial no seu histórico de formação institucional. Essa reunião de coleções foi muito além do armazenamento físico e da arquitetura dos sistemas documentais. Ela constitui uma política de gestão de acervo única e peculiar que esclarece sobre “pontos fundamentais sobre o tratamento das coleções [...] para dar ao museu uma característica marcante em relação ao tratamento das coleções” (BOTTALLO, 2010, p. 53).

A política de gestão de acervo ou gestão de acervo é, seguindo a literatura específica,

[...] o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais os objetos são reunidos, organizados, pesquisados, interpretados e preservados. A

¹ Sob coordenação de Marília Xavier Cury. Coordenação técnica da Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão (Dape, MAE-USP) - Carla Gibertoni Carneiro, Maurício André da Silva e Viviane W. Guimarães

² A principal delas é a exposição, com o mesmo título do projeto, fechada momentaneamente devido à pandemia do coronavírus. Também a ação de educação com participação direta dos grupos indígenas. A comunicação museal é estratégica na colaboração aderida pelos grupos indígenas devido à possibilidade de autorrepresentação e visibilidade. É estratégica também, por articular toda instituição, como acontece em outros processos expográficos. (CURY, 2019)

gestão de acervo se foca no cuidado com as coleções, na sua segurança e boas condições físicas em longo prazo. Cuida das questões de preservação, uso e manutenção dos registros do acervo, e se a missão e o objetivo do museu são por ele sustentados. O termo gestão de acervo também descreve atividades específicas do processo de gestão (LADKIN, 2015, p. 14)³.

Trata-se de documento formal fundamental, política registrada com as diretrizes e normas para o gerenciamento de acervos museológicos. Ainda, essa política é integradora, baseia-se no projeto conceitual da instituição, seus objetivos, missão e valores, como também nos programas de pesquisa, conservação, comunicação museológica, administração, segurança e de espaço físico (IBRAM, 2016, PADILHA, 2014, BOTTALLO, 2010). Na organização do setor museal no Brasil, a gestão de acervo com definições políticas e diretrizes, normas e orientações deixam o museu “[...] menos vulnerável a ingerências políticas e administrativas” (BOTTALLO, 2010, p. 53), garantindo a continuidade de ações e a salvaguarda de coleções, principalmente em instituições públicas. A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, indica a necessidade do plano museológico, que se organiza em torno de programas, entre eles o programa de acervos, expressão da política da gestão.

Apesar do alcance da política de acervo do MAE-USP, o sistema de documentação museológica segue em organização. A integração das coleções em uma mesma base documental é um processo em curso por meio da inventariação⁴, mas que tem como desafios os históricos institucionais, as diferentes concepções de coleção, as outras formas de coleta e formação, assim como as diferentes sistemáticas de registros e os sucessivos trabalhos durante mais de um século – considerando a fundação do Museu Paulista em 1895 e a coleção que o antecedeu, o Museu Sertório. A inventariação em curso atende ao princípio da inserção de objetos no sistema documental:

O trabalho de incorporação incluiria checagens físicas das coleções nas reservas e nas exposições e checagens detalhadas nos registros e arquivos, além de uma conciliação de ambos os conjuntos de informações (Holm, 1998). Isso pode consumir muito tempo em um museu muito grande, mas é um passo fundamental para retomar o controle do acervo (ROBERTS, 2015, p. 31)⁵.

As diretrizes de gestão e documentação de coleções⁶ orientam que a incorporação de cada objeto na documentação é ponto de partida para uma vida institucional; o segundo estágio é o registro e atualização de informações:

Além do Número do Objeto, o registro deve incluir detalhes descritivos básicos (por exemplo, nome do objeto, categoria de classificação, título, material e dimensões) e sua localização atual de armazenamento. Se houver tempo, adicione uma breve descrição física e anote as características distintivas, inscrições ou marcas, e a condição em que o objeto se encontra. Além disso, tenha uma ou mais imagens do

³ Artigo foi primeiramente publicado pelo ICOM em 2004 em *Running a museum. A practical handbook*: “É um manual que pode servir como recurso valioso nas discussões internas, sempre necessárias entre o pessoal e as autoridades administrativas, sobre o desempenho atual e a futura política e direção da sua própria instituição.” (IBRAM, 2016, p. 38)

⁴ Projeto de salvaguarda da DAPE - Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão.

⁵ O artigo *Inventories and documentaion* de Andrew Roberts é referência ainda hoje. Publicado originalmente em *Running a museum. A practical handbook* (2004) é utilizado no curso de capacitação do International Committee for Documentation (CIDOC). Ver: <http://open-world.ch/CIDOC/SummerSchool/Remote/101%20Introduction%20to%20documentation/>. Acesso: 25/10/2020.

⁶ Ladkin (2015) nos lembra sobre o Código de Ética para Museus do ICOM. Roberts (2015) nos apresenta e discute diferentes padrões para inventário e catalogação de coleções, tais como o adotado pelo AFRICOM, pelo CIDOC (Conselho Internacional de Museus, Comitê Internacional para Documentação), SPECTRUM desenvolvido pela Associação de Documentação de Museu (MDA), Object ID e Dublin Core.

objeto para referência interna e como material de pesquisa e acesso público (ROBERTS, 2015, p. 31).

Sobre a coleção Terena, formada no Museu Paulista, trataremos neste artigo, considerando um aspecto importante da política de acervo do MAE-USP: os usos das coleções, neste caso particular, pela aproximação direta dos grupos desse povo aos objetos de seus antepassados. Nesse sentido, o viés reflexivo do sistema de documentação se faz relevante, uma vez que dá ênfase ao museu como centro de documentação voltado a diferentes acessos para a pesquisa e finalidades culturais e educacionais, o que remete à noção de museu-laboratório na concepção de George Henri Rivière⁷, como nos lembra Cerávolo e Tálamo (2007, p. 6), “aqui, o objeto de museu é fonte primordial de pesquisas, e a documentação, uma atividade importante devendo ser polivalente, múltipla e extensa, já que esses objetos são plurissígnos, adequando-se às múltiplas formas de exposição”.

O trabalho de curadoria com a coleção Terena foi realizado entre 2017 e 2019⁸. A situação de fundo é a problematização do sistema documental em organização e da alimentação de registros, colaborando com a atualização do inventário. As inúmeras camadas documentais do Museu Paulista – entre documentos de entrada e inventários diversos (re)elaborados por décadas, entre os mais antigos aos mais recentes – interessam-nos, tanto quanto foi de interesse o estudo de curadoria realizado por DeBlasis e Morales (1997) com a coleção designada como 030, que nos fala tanto da coleção quanto do enfrentamento da documentação. A exemplo do Museu Nacional: “Os documentos produzidos nestas instituições são a materialização das rotinas de classificação e produção de ciência, resultando em artefatos documentais onde se cruzam diferentes histórias” (VELOSO Jr., 2019, p. 72).

O objetivo do artigo é, então, revelar as muitas camadas, sucessão de documentos sobrepostos, que envolvem a política de acervo no MAE-USP, de forma a entender aspectos institucionais relacionados à gestão de acervo, visando colaborar com o momento organizacional no presente, abrindo caminhos para outras pesquisas. Outro objetivo está ligado ao acesso aos objetos Terena por pesquisadores, entre eles, fundamentalmente, os pesquisadores Terena, considerando seus direitos àquilo que foi musealizado, conforme suas lutas e reivindicações, também como estratégias de construção de memórias e identidade. Para tanto, precisamos manter a coleção atualizada.

O estudo de curadoria da coleção contou com a participação Terena, dois grupos residentes na TI Icatu (Braúna) e na Aldeia Ekeruá, TI Araribá (Avaí), o que é importante registrar.

PERCURSO DOCUMENTAL - A TRAJETÓRIA DOS OBJETOS

Os arqueólogos Paulo DeBlasis e Walter Morales (1997), ao estudar a coleção 030 do Museu Paulista incorporada ao MAE-USP, empreenderam uma imersão estratigráfica na história museológica materializada na coleção, nas práticas de formação de coleção e na documentação. Diante disso, eles consideraram que essa estratigrafia se revela nos sucessivos trabalhos de inventariação, cada vez mais difíceis de serem realizados pela falta ou imprecisão de informações das primeiras décadas do Museu; pela abrangência institucional (enciclopédica); e pelo acúmulo crescente de coleções de diferentes

⁷ Georges-Henri Rivière (1897–1985), entre 1948 e 1965, foi o primeiro presidente do ICOM, o Conselho Internacional de Museus. Autor de diversos artigos, sua produção mais conhecida é *La muséologie selon Georges-Henri Rivière*, 1989, na qual Cerávolo e Tálamo se apoiaram.

⁸ Em julho de 2017 ocorreu o trabalho de requalificação da coleção com os dois grupos Terena da TI Icatu e Aldeia Ekeruá, TI Araribá (CURY, 2019).

tipologias, para mencionar algumas questões estruturais. Por outro lado, a cada “novo” inventário, há mudanças de registros (informações) ou de linguagem (descritiva, etnográfica)⁹, o que nos dificulta hoje chegar a uma contextualização, sem/com pouca perda de informação.

Entre as políticas de gestão do Museu Paulista (Hermann von Ihering¹⁰, Affonso D’Escragno Taunay¹¹ e Sérgio Buarque de Holanda¹²), a contratação de Herbert Baldus (1899-1970¹³) em 1946¹⁴ e sua nomeação como chefe em 1947¹⁵ para a recém criada Seção de Etnologia (que reunia as coleções etnográficas e arqueológicas¹⁶) foram determinantes para o perfil antropológico da instituição nessa gestão. O desafio era organizar e ampliar as coleções e catalogá-las (FRANÇOZO, 2005, p. 590-591), o que contou com a contratação¹⁷ de Harald Schultz (1909-1966¹⁸).

No primeiro relatório de 1947 da Seção de Etnologia¹⁹, publicado na Revista do Museu Paulista Nova Série (1948), seguem registros de entradas de objetos e coleções etnográficas no Museu. No relatório consta que:

Em fevereiro de 1947 visitei, acompanhado do Sr. Harald Schultz, assistente de Etnologia do Museu, Postos Indígenas instalados pelo Serviço de Proteção aos Índios no Estado de São Paulo, passando do dia 7 a 14 no Posto de Icatu e de 15 a 21 no Posto Curt Nimuendaju (antigo Araribá)²⁰. Essa excursão foi subvencionada pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e facilitada pelo Serviço de Proteção aos Índios, instituições essas que, desta maneira, iniciaram a sua colaboração com o Museu Paulista²¹.

O relatório organiza-se em uma introdução e os tópicos Viagens, sendo eles: Representações, Publicações, Funcionários, Compras, Permutas e Doações recebidas. A

⁹ Para o entendimento da complexidade presente nos inventários, catálogos e guias de exposições, Veloso Jr (2019, p. 71) sintetiza: “Produzido por diferentes pessoas, sob diferentes organizações epistemológicas dos campos científicos a ele relacionados, sobretudo o etnográfico, o Catálogo não é apenas um índice dos objetos. É também um índice de histórias, plataforma onde foram atribuídas e inscritas identidades, histórias e sentidos aos itens ali classificados sob o ponto de vista científico como espécimes, objetos, peças, artefatos”.

¹⁰ Entre 1895-1916, mas com contratação anterior: “Só em 1894, com a nomeação do Snr. Dr. Hermann von Ihering para director do Museu Paulista, teve o Monumento seu aproveitamento definitivo. Para ahi passou-se, o que aproveitavel fosse, do chamado “Museu Sertorio”, offerecido am (sic) 1890 pelo Cons. Mayrink ao Governo do Estado.” (MUSEU PAULISTA, 1907)

¹¹ Entre 1917-1946.

¹² Entre 1946-1956.

¹³ O antropólogo foi homenageado no Editorial (1968-1969) na *Revista do Museu Paulista N.S.*, n. 18, p. 7-23. Ver também Sampaio-Silva, Orlando. *Herbert Baldus: Vida e obra - Introdução ao indigenismo de um americanista teuto-brasileiro. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 2, p. 91-114, 1992. Também: Becker, H. Herbert Baldus 1899-1970. *American Anthropologist*, v. 74, n. 5, 1972.

¹⁴ Em 20/10/1946 pelo Governo do Estado de São Paulo para as “funções de Técnico de Etnografia no Museu Paulista” (BALDUS, 1948, p. 305).

¹⁵ Segundo Baldus, “[...] entregue a minha chefia desde que fui nomeado para o cargo de etnólogo, a 4 de janeiro de 1947” (BALDUS, 1948, p. 305).

¹⁶ A mesma reunião acontecia no Museu Nacional - “o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, reunindo informações sobre o que ali eram classificados como objetos de coleções antropológicas (crânios, esqueletos e ossos), etnográficas (de povos indígenas do Brasil e de outras partes do mundo); e arqueológicas (do Brasil e da América)”. (VELOSO, 2019, p. 72)

¹⁷ Em 04/01/1947.

¹⁸ Foi homenageado por H. Baldus com o obituário Harald Schultz 1909-1966, *Revista do Museu Paulista*, n. 16, p. 7-20, 1965-1966. Sua trajetória antropológica, expedições e coleções formadas estão aí descritas.

¹⁹ Relatório “dirigido ao exmo. Snr. Dr. Sérgio Buarque de Holanda, D. D. Diretor do Museu Paulista” (BALDUS, 1948, p. 305).

²⁰ As lendas inseridas nas páginas seguintes foram colhidas por mim no posto Curt Nimuendajú (antigo Araribá) em 19 de fevereiro de 1947, por ocasião da visita aos postos indígenas no Estado de São Paulo, instalados pelo Serviço de Proteção aos Índios.” (BALDUS, 1950, p. 218)

²¹ No tópico Viagens do Relatório, Baldus (1948, p. 306).

expedição ao interior de São Paulo gerou coleções Kaingang, Guarani e Terena, as duas últimas formadas na TI Araribá²². Desconhecemos registros fotográficos ou fílmicos dessa expedição²³ realizados por Schultz – conhecido pela sua produção –, à excessão dos retratos tirados na TI Araribá em 1947 de Antonio Lulu (Kaliketé) e de Ladislau (Hahaotí), ambos Terena de Ipeque (BALDUS, 1950).

Durante décadas os Terena da TI Araribá desconheciam a coleção formada por Herbert Baldus nessa localidade. Além de informá-los sobre a coleção, cabe ao MAE-USP realizar a devolutiva – prestar contas do que foi realizado com as coleções (conservação, documentação, pesquisa, classificação e catalogação) e dar acesso aos objetos de seus ancestrais. No processo colaborativo, partimos dos objetos para chegar às autonarrativas e a sentidos contemporâneos para preservar.

Sobre os conteúdos para uma política de documentação, levantamos alguns pontos pertinentes à discussão (LADKIN, 2015, p. 17) para averiguação:

- 1) Os objetos são documentados para se realizar um registro de seus atributos físicos e proveniência.
- 2) Os números de identificação são definidos e aplicados a todos os objetos.
- 3) Se o museu está conduzindo ou participando de escavações arqueológicas ou de um trabalho de campo similar, deve-se fazer o possível para integrar o registro de campo ao catálogo permanente, ou seja, usar a mesma numeração de incorporação nos sistemas de catalogação do museu.
- 4) Os objetos devem ser catalogados antes que possam ser retirados do museu para empréstimo.
- 5) A catalogação é feita o quanto antes para evitar acúmulos.
- 6) No entanto, quando houver acúmulo de incorporação e catalogação, o museu deve criar um plano para organizar essa atividade o mais rápido possível.

Outros aspectos conferidos na documentação Terena são:

Além do Número do Objeto, o registro deve incluir detalhes descritivos básicos (por exemplo, nome do objeto, categoria de classificação, título, material e dimensões) e sua localização atual de armazenamento. Se houver tempo, adicione uma breve descrição física e anote as características distintivas, inscrições ou marcas, e a condição em que o objeto se encontra. Além disso, tenha uma ou mais imagens do objeto para referência interna e como material de pesquisa e acesso público. (ROBERTS, 2015, p. 31).

As notas que serão apresentadas sobre a coleção e outros objetos Terena pesquisados foram elaboradas pela consulta à documentação existente e pela observação de cada objeto com os indígenas. Foram cruzadas as informações do relatório da Seção de Etnologia de 1947 com outros documentos e inventários disponíveis no Serviço Técnico de Gerenciamento da Documentação (DAPE-MAE-USP), descritos no final do artigo.

O documento de entrada da coleção Terena, coletada por Herbert Baldus, recebe o número 19 (Doc. 19). Tal documento trata-se da relação de peças que constituem a

²² A TI Araribá recebeu diferentes designações, como Posto Curt Nimuendaju.

²³ Há a informação que Schultz tivera na região anteriormente, a serviço do SPI. Consta na base de dados do Museu do Índio a informação: Schultz, Harald; Vellozo, Nilo Oliveira. Curt Nimuendajú e Icatú: Dois Postos Indígenas de Nacionalização. São Paulo: Serviço de Proteção aos Índios. 1942. 1 Filme: película (9 min. 47 seg.), SPIVI 009. Disponível em: <http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>.

coleção, com quantidade e valores pagos a Fernando Altenfelder Silva²⁴, datado em 09 de abril de 1947 e assinado pelo Altenfelder Silva, com a conta e entrada na Secretaria do Museu Paulista em 02 de maio de 1947. Desconhecemos os procedimentos que interligaram a coleta de objetos na TI Araribá e a entrada da coleção. Também desconhecemos registros de campo deixados por Baldus. No artigo “As coleções etnográficas do Museu Paulista: composição e história” (DAMY; HARTMANN, 1986, p. 241), a coleção Terena tem como coletor H. Baldus em 1947.

No Doc. 19, à caneta tinteiro preta, está escrito “índios Tereno”²⁵ com grifo; e abaixo está a assinatura de “Vilma 1963” em azul. Na mesma cor, em folha avulsa, há um registro manuscrito: “O documento junto se refere a uma coleção feita pelo Dr Herbert Baldus entre os Terena. Data: S. Paulo 9/4/1946”, com assinatura “Vilma Chiara, conservador: 28/2/63”.

Conforme Doc. 19, a aquisição se deu por compra de objetos procedentes do PI Araribá em 1947. Estão relacionados 22 objetos, quantificados pela denominação, sem descrição ou numeração, mesmo que provisória, como segue no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de objetos do Doc. 19. Fonte: Serviço Técnico de Gerenciamento de Documentação, DAPE-MAE-USP, Documento 19, 1947.

Denominação	Quantidade
Armadilha para pesca	1
Cesta indígena	1
Saco de rede	1
Leque	1
Fusos	2
Cesto de casco de tatu	1
Flauta	1
Panelas	2
Cinto tecido	1
Chocalho de cabaça	1
Fusos	4
Colher de pau	1
Grande cabaça guarnecida	1
Arcos cerimoniais	2
Flechas	2
Total	22 peças

No relatório de 1947, Baldus (1948, p. 307) registrou no item “C” a compra de 22 peças, sendo 4 peças Kaduveo e 18 Tereno. A data de entrada registrada foi 9 de maio de 1947. O total de 22 peças coincide com a quantidade do Doc. 19, mas esse documento é datado em 9 de abril de 1947.

Damy e Hartmann mencionam 22 peças Terena, Aldeia de Araribá, SP, Coletor Herbert Baldus, 1947: “Cestaria, cerâmica, instrumentos musicais, itens cerimoniais, fusos e utensílios diversos”, RG²⁶ 2700 e 2717 intercaladamente (1986, p. 241). Os autores

²⁴ Pesquisador e arqueólogo, com diversas publicações em antropologia também.

²⁵ “Alguns autores escrevem Terena em vez de Tereno, havendo, além dessa, outras variantes (cf. Altenfelder Silva, 2 nota 1) (BALDUS, 1950, p. 218). Baldus se refere ao artigo de Fernando Altenfelder Silva, Mudança cultural dos Terena, *Revista do Museu Paulista* N.S., v. III, 1949.

²⁶ RG – Registro Geral, referente aos objetos etnográficos do Museu Paulista, para distinção do RGA – Registro Geral de Arqueologia, quando se deu a separação das coleções em 1958.

registram, apoiados no necrológico que Baldus dedicou a Schultz, que este realizou pesquisa de campo em 1947 junto aos “Terena (Araribá, São Paulo)” (DAMY; HARTMANN, 1986, p. 264-265), contudo deixam de elucidar as relações entre os dois antropólogos - Baldus e Schultz – quanto à coleta.

O Doc. 19 não discrimina o grupo indígena, mas, posteriormente, em 28/2/1963, Vilma Chiara (1927-2020)²⁷ registra: “O documento junto se refere a uma coleção feita pelo Dr Herbert Baldus entre os Terena”, o que consideraremos parcialmente devido a informações localizadas, como seguirá adiante. No Doc. 8, pág. 8 e 8 [número de página repetido], os números de ordem entre 167 e 184 e 186 e 192 são designados como “Tereno”, em um total de 25 objetos. Assim, o levantamento continuou pelo Registro da Secção de Etnologia (sem data) em cruzamento com o Livro Marrom (sem data). O trabalho foi iniciado nesse Registro da Secção de Etnologia, primeiramente no intervalo dado por Damy e Hartmann, RG 2700 a 2717, o que totalizou 10 peças. Em seguida, foi preciso folhear página à página os 15 volumes desse inventário. Outras 6 peças foram localizadas nos vol. 4 e 5. Dessa forma, chegamos a 20 peças e suas numerações.

A busca por cada uma das peças listadas no Doc. 19 e relacionadas no Quadro 1, nos conduz a um esforço para a aproximação desses objetos que entraram em 1947 com os seus respectivos RG atribuídos posteriormente, mas não anotados no Doc. 19. Podemos supor que as peças a seguir correspondam ao que foi adquirido (RG/referência do Doc. 19): 2702-2717/2 arcos cerimoniais; 2702-2717/2 flechas; 2703/chocalho de cabaça; 2704-2705-2706-2708/4 fusos; 2707/leque; 2709/colher de pau; 2716/armadilha p/pesca; 2714/flauta; 2721/cesta indígena; 2720/saco de rede; 3246-3247/2 painéis; 4299/grande cabaça guarneçada. Não encontramos referências ao “cinto tecido”, “cesto de casco de tatu” e aos “2 fusos”, mas os dois arreios (identificados com o RG 2700 e RG 2701) também não estão listados no Doc. 19.

Posteriormente, localizamos o RG 2718 – bolsa de casco de tatu, Kaduwéo, levada ao Museu Paulista por Schultz, dando entrada pela doação de João B. Leite Alves²⁸ em 1947, conforme Registro da Secção de Etnologia. A localização desse item Kaduwéo, de certa forma, coloca em dúvida as anotações de Vilma Chiara no Doc. 19 e nos leva a crer firmemente no que Baldus relatou em 1948 (p. 307) sobre as aquisições de 1947 referente à lista de peças Terena (18 peças) com Kaduwéo (4 peças), num total de 22, mas não exclusivamente Terena como afirmado por Chiara. A dúvida ficaria em relação à entrada dos dois “arreios” (RG2700 e RG 2701), em que documento de entrada constariam?

Buscamos as fichas catalográficas comuns na documentação do Museu Paulista para se chegar a informações etnográficas organizadas e detalhadas por antropólogos(as).

Se o museu já possuir registros, estes poderão ser utilizados pelo projeto de atualização como segunda fonte. Por exemplo, nos registros ou cartões de catalogação [fichas catalográficas] antigos há detalhes que podem ser usados para uma verificação completa dos registros emitidos correspondentes a todos os números, mesmo que os objetos não tenham sido localizados. Terminadas as verificações físicas, deverá ser possível identificar os registros dos objetos que não foram

²⁷ Atuou no Museu Paulista desde 1949 (BALDUS, 1950). Foi contratada como conservadora do Museu Paulista em 31/12/1955, conforme relatório “A nova funcionária dedicou-se com o maior entusiasmo a rever e completar os registros, tratar da conservação das coleções e preparar uma exposição que teve aplauso geral” (BALDUS, 1956-1958, p. 320). Sobre Chiara, Baldus (1956-1958) registra no relatório de 1957: “A Conservadora de Museu, dona VILMA CHIARA, prosseguiu com a mesma eficiência nos trabalhos de revisão dos registros das coleções, nos de conservação das peças e preparação das exposições, tendo durante este ano preparado duas novas salas de exposição que despertaram grande interesse por parte do público” (BALDUS, 1956-1958, p. 323). Faleceu em 6 de agosto de 2020 em Curitiba, PR. Ver perfil bio-bibliográfico da antropóloga em Damy e Hartmann (1986, p. 251-250).

²⁸ Há um procedimento de época que desconhecemos como ocorria entre coletor e doador que formaliza a entrada de objetos no Museu Paulista.

localizados. Esses registros deverão ser mantidos no sistema para referência futura na esperança de que mais tarde os objetos possam ser identificados. (ROBERTS, 2015, p. 31).

Não há fichas catalográficas para as peças Terena, o que não prejudica o levantamento, mas afeta catalogação. As questões documentais pendentes ou resolvidas que se colocaram são várias, como seguem.

O fuso RG 2704 não foi localizado fisicamente, mas foram localizados dois fusos RG 2705, levando a crer que há erro de numeração nas peças. Em julho de 2017 e em março de 2018, os Terena, presentes no MAE-USP, reconheceram os dois fusos com mesmo RG como sendo Terena. A informação foi passada para o serviço técnico.

Figura 1 – Dois Fusos com RG 2705. Foto: Ader Gotardo (2018).

Cada um dos dois arcos designados para caça são acompanhados com uma flecha : RG 2702, com ponta serrilhada; e RG 2717, sem ponta. O Doc. 19 apresenta dois arcos cerimoniais e duas flechas relacionadas separadamente. Ficaram as dúvidas se tais objetos correspondem às peças que deram entrada em 1947 e mencionadas no Doc. 19. As peças foram reconhecidas pelos Terena em julho de 2017 e em março de 2018 como RG 2702 - arco e flecha e RG 2717 - bodoque.

Figura 2 – RG 2702 - arco e flecha. Foto: Ader Gotardo (2018).

Figura 3 – RG 2717 - bodoque. Foto: Ader Gotardo (2018).

O RG 2712 - arco e flecha é, provavelmente, Terena, conforme consta no Registro Geral de Bens Móveis da USP, pois no Registro da Secção de Etnologia os dados preenchidos estão ilegíveis.

O RG 2713 - arco cerimonial (ou arco ou bodoque) tem, no Registro da Secção de Etnologia, duas indicações de grupo étnico: Terena (datilografado) e Krahó (à mão). No Registro Geral de Bens Móveis da USP, está Terena; no Livro Marrom, está à lápis Krahó (por quê essa anotação a lápis foi feita nos inquieta por gerar dúvida). Consultando o Doc. 2 – sem data, assinado no final por H. Schultz, contendo 93 itens em 15 folhas com ausência da folha 2, itens 7 a 11, verificamos que não há na relação “arco cerimonial, arco ou bodoque”. Dessa forma podemos desconsiderar a anotação manuscrita que altera Terena para Krahó, apesar da ausência da folha 2. Conforme o Doc. 8, não houve entrada de objeto Krahó em 1947, talvez porque a entrada tenha acontecido nos últimos dias desse ano, quando Schultz retornou de expedição, em 10 de dezembro, junto “[...] aos Krahó no Estado de Goiás” (BALDUS, 1948, p. 306). Em julho de 2017 e em março de 2018, os Terena, a trabalho no MAE-USP, reconheceram o “bodoque” como Terena. Cabe destacar que o “bodoque” Terena é um instrumento para emissão de som durante a dança masculina Hiyokena Kipê e não para caça.

Figura 4 – RG 2713 – bodoque. Foto: Ader Gotardo (2018).

A Flauta RG 2714 está no Registro da Secção de Etnologia atribuída como Kaduveu e conta com Schultz e João B. Leite Alves como agentes da coleta no “sul do Mato Grosso”, com data em 1947²⁹. Essa informação não se confirmou. O Livro Marrom coloca essa informação em dúvida, pois a peça está abaixo de outra Terena, apesar de haver uma correção feita logo na linha acima à lápis acrescentando “Krahó”. Melhor dizendo, a flauta seria a terceira peça Terena em uma sucessão de três, interrompida com uma correção posterior a lápis realizada na segunda peça que, a nosso ver, não altera a intenção de repetição de informação da peça acima, recorrendo a espaço sem preenchimento. O Livro de Registro Geral dos Bens Móveis da USP considera a flauta RG 2714 como Terena. Realizamos outra busca agora em uma das partes que compõem o Doc. 8 para localizar a “flauta” (RG 2714) e a “bolsa de casco de tatu” (RG 2718). Logo, consultamos a “Relação de material etnográfico do senhor João Batista Leite Alves e esses itens não constam nessa relação. Há um adendo de Vilma Chiara complementando que a “coleção de 8 peças dos índios Kaduveu... foi feita pelo Sr. Harald Schultz em 1942³⁰ no mês de outubro”.

Noutra parte do Doc. 8 (aquela com número de ordem do objeto), há “flauta” com número de ordem 178 indicada como “Tereno”, e entre os 11 objetos Kaduveu discriminados não há “flauta”. Nessa relação, que supomos corresponder aos itens com entrada em 1947, há dois itens como “cesto de casco de tatu canastra” indicados como “Tereno”, com números de ordem do objeto 188 e 189. No Doc. 8A [1] “Relação do Material Kaduvéu”, que contém a relação dos objetos e as “Fichas” manuscritas³¹, encontramos os itens “Cesto de casco de tatu” (com RG 2718 e RG 2719) sem o preenchimento do campo “Colecionador”. Na relação datilografada, foi confirmada “Kaduvéu”, riscando-se “Tereno” e passando para “Kaduvéu” à caneta. Podemos supor que um desses artefatos seja o “cesto de casco de tatu” presente no Doc. 19? Os dois RG e grupo se confirmam no Livro Marrom e no Registro da Secção de Etnologia, e no Doc. 8A [1] não consta nenhuma “flauta” atribuída aos Kaduvéu. Assim, assumiremos que a flauta e o cesto de casco de tatu presentes no Doc. 19 são respectivamente Terena e Kaduvéu. Os Terena presentes no MAE-USP em julho de 2017 e março de 2018 reconheceram a flauta como objeto de seu povo.

O RG 2721 tem a identificação do objeto em branco no Livro Marrom, mas foi identificado como cesta no Registro da Secção de Etnologia, os Terena que a analisaram presencialmente, reconheceram como de seu povo. A peça 3247 – Panela de barro tem uma inscrição a lápis em letra cursiva “Tereno”.

²⁹ Sobre a coleção Kaduveu relacionada a H. Schultz como coletor e compra a João Alves Leite, Sul do Mato Grosso, 1947, ver Damy e Hartmann (1986, p. 230). Adicionalmente, sobre um registro de expedição de Schultz a esse grupo e localidade em 1942, ver Damy e Hartmann (1986, p. 265).

³⁰ Conforme pesquisa realizada no site do Museu do Índio (<http://www.museudoindio.gov.br>), H. Schultz esteve entre os Terena do MS documentando-os fotograficamente em diversas aldeias em 1942. Não constam entradas de objetos decorrentes dessa viagem no Museu do Índio e no Museu Paulista no ano de coleta.

³¹ Chamamos a atenção de pesquisadores que se dedicam aos Kaduvéu que o Doc. 8A contém dados catalográficos preenchidos em detalhes, manuscritos de acordo com ficha padrão do Museu Paulista, sem identificação do pesquisador, para serem consultadas.

Figura 5 – Anotação a lápis no Livro Marrom e outras peças Terena: RG 2712, 2713, 2714, 2716, 2717 e 2720. Nota-se a denominação sem preenchimento em RG 2721. Nos RG 2718 e 2719 estão os “cestos de tatu canastra Kaduveo. Foto: Marília Xavier Cury, 2017.

Nº de ordem	Objeto	Procedência
2711	Arco e flecha	Kaduveo
2712	Arco e flecha	Tereno
2713	Arco cerimonial	Tereno
2714	Flauta de bambu	Tereno
2715	Arco	Tereno
2716	Armadilha de pesca	Tereno
2717	Arco cerimonial	Tereno
2718	Cesto de casco de tatu	Kaduveo
2719	Idem	Kaduveo
2720	Saco de rede	Tereno
2721		
2722	Cesto espiralado, de palha	Kaduveo
2723	Idem	Kaduveo
2724	Rede enxada de cordão de algodão	Urubu

Figura 6 – Relação no Livro de Registro Geral dos Bens Móveis da USP. Foto: Marília Xavier Cury, 2017.

Nº	Objeto	Valor
175-516	10000 Colar	10000
175-517	10000 Enfeite de braço	10000
175-518	10000 Colar	10000
175-519	20000 Arco	20000
175-520	10000 Arco	10000
175-521	10000 Chocalho	10000
175-522	10000 Fuso	10000
175-523	10000 Abano	10000
175-524	10000 Fuso	10000
175-525	10000 Colar de pau	10000
175-526	10000 Colar de pedrinha	10000
175-527	10000 Saco de fibra	10000
175-528	10000 Arco e flecha	10000
175-529	10000 Arco	10000
175-530	10000 Flauta	10000
175-531	10000 Arco	10000
175-532	10000 Armadilha p/pesco	10000
175-533	10000 Arco	10000
175-534	20000 Cesto	20000
175-535	10000 Saco de rede	10000
175-536	10000 y	10000
175-537	20000 Cesto	20000
175-538	10000 Tavo de madeira	10000
175-539	70000 Arco	70000
175-540	10000 Cesto	10000

Figura 7 – Cruzamento de informação: Registro de Secção de Etnologia do MP. Foto: Marília Xavier Cury, 2017.

DATA	Nº de ordem	OBJETO	VALOR	PROVENIÊNCIA	VALOR
1947	8	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	10	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	12	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	14	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	16	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	18	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	20	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	22	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	24	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	26	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	28	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	30	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	32	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	34	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	36	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	38	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	40	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	42	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	44	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	46	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	48	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000
1947	50	Arco e flecha	10000	Tereno - São Paulo	10000

Mais algumas questões merecem destaque quanto à identificação de objetos como Terena. No Registro Geral dos Bens da USP (em que há a atribuição do no. RUSP), na seção de Etnologia estão relacionados como Terena, reforçando informações de outros documentos, os RG 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2708, 2709, 2712, 2713, 2714, 2716, 2717, 2720, 2721, 3246 e 3247, embora o RG 2721 não esteja discriminado. Chamo atenção, no entanto, para evitar futuros equívocos sobre os objetos Terena, para os RG 3248-51 (RUSP 175.766 MP 8580-3) Taquara de flecha e RG 3252 (RUSP 175.767 MP 8584) Enfeite de cabeça, que no Livro Marrom foram corrigidas à mão para “Tribos antropófagas de Bornéu” a identificação da etnia Terena. Além disso o RG 3253 (RUSP 175.768 MP 8585) Rede de pesca, supostamente Terena, inicialmente foi corrigida para Tucano. Essas mudanças, embora não constem no Registro Geral dos Bens da USP, foram adotadas no Registro da Seção de Etnologia do MP.

Cruzando-se todos os documentos relativos aos Terena da época de entrada (1947), chegamos à identificação de 20 peças Terena com seus respectivos RG. Dessa forma, as peças Terena localizadas, sendo Herbert Baldus o coletor, são as que seguem no Quadro 2, conforme denominação constante na documentação consultada:

Quadro 2 – Relação de objetos Terena da coleção Herbert Baldus (1947)
Fonte: Organização Marília Xavier Cury (2019).

Números	Denominação
RG 2700 (RUSP 175.568 MP 8042)	Arreio
RG 2701 (RUSP 175.569 MP 8043)	Arreio
RG 2702 (RUSP 175.570 MP 8044)	Arco para caça (com flecha ponta serrilhada)
RG 2703 (RUSP 175.571 MP 8045)	Chocalho
RG 2704 (RUSP 175.572 MP 8046)	Fuso
RG 2705 (RUSP 175.572 MP 8047)	Fuso para fiar algodão
RG 2706 (RUSP 175.572 MP 8048)	Fuso para fiar algodão
RG 2707 (RUSP 175.573 MP 8049)	Abano trançado de palha de palmeira
RG 2708 (RUSP 175.574 MP 8050)	Fuso para fiar algodão
RG 2709 (RUSP 175.575 MP 8051)	Colher de pau
RG 2712 (RUSP 175.578 e MP 8054)	Arco e flecha
RG 2713 (RUSP 175.579 e MP 8055)	Arco cerimonial ou arco ou bodoque
RG 2714 (RUSP 175.580 e MP 8056)	Flauta
RG 2716 (RUSP 175.582 MP 8058)	Armadilha para pesca
RG 2717 (RUSP 175.583 MP 8059)	Arco para caça (com flecha sem ponta)
RG 2720 (RUSP 175.585 MP 8062)	Saco de rede
RG 2721 (RUSP 175.586 MP 8063)	Cesta
RG 3246 (RUSP 175.565 MP 8578)	Panela de barro
RG 3247 (RUSP 175.565 MP 8579)	Panela de barro
RG 4299 (RUSP 175.596 MP 9630)	Cabaça com tampa
Total: 20 peças identificadas na documentação	

OUTROS OBJETOS – VESTIMENTA DE PENA DE EMA

Em consulta à documentação, foi localizada a peça RG 4441 Saia de pena de ema. Trata-se de importante objeto pela representação do sagrado na cultura Terena.

Em relação à peça de RG 4441 Saia de penas de ema, a Seção de Conservação³² a localizou fisicamente e encontrou colada à peça uma pequena etiqueta com a informação

³² Informação de Ana Carolina Delgado Vieira, conservadora no MAE-USP e integrante do projeto.

“B-12 no. 1 Inv 7 p. 134” e uma outra maior presa por fio escrita “Indios Terena / Sul de Mato Grosso / Saia de penas de ema”. Consultando o referido inventário, encontramos na página indicada e na sala “B-12, Armário no. 2, 1 [primeiro item desse armário], “Cintos de penas de avestruz, Terenas” e ausência de número antigo. No Registro da Secção de Etnologia, a peça tem como “Colecionador” o “Dr. Herbert Baldus”, possivelmente com origem em PI Araribá, SP, o que não se confirmou após consulta a outros documentos. No Livro Marrom consta o RG 4441 como “saia de penas de ema” Tereno, sem anotação de “Reg. ant.”, o que poderia, mas não nos leva ao Inv. 7. A questão foi elucidada após consulta ao Livro de Tombo de 1914. Na página 154 consta o no. 3309 “Enfeite de pennas de Avestruz – Indios Terenos ? do Chaco [?]. As mesmas informações encontramos no Inventário de 1916, com localização da peça à época: “Armario A45 – Ethnografia – Indios do Brasil Central” na página 188.

Cabe destacar que, entre o Livro de Tombo de 1914 e outros mais recentes, a peça teve localização definida (Sul do Mato Grosso), descrição modificada e atribuição de coletor de modo errôneo. Sobre a descrição, esta poderá ser reintegrada aos registros documentais, pois, além de ser uma informação, representa um estilo de época. Sobre a localização, talvez uma consulta aprofundada aos fundos do Museu Paulista possa nos acrescentar mais dados. Sobre o coletor, certamente a atribuição ao Baldus foi um erro de registro, o que este estudo ajudará a corrigir.

Em julho de 2017, os Terena identificaram a peça RG 4441 como um conjunto: Vestimenta de Pena de Ema para a dança masculina Hiyokena Kipâe. A vestimenta foi restaurada entre 12 e 16 de março de 2018 por um grupo Terena da TI Icatu (o pajé Candido Mariano Elias) e da Aldeia Ekeruá (a pajé Ingracia Mendes, os artesãos Afonso Lipu e Gerolino Cezar, a intérprete Rosa Lipu Maria e a pequena Maria Vitória Lipu de 2 anos). O restauro só foi possível com a presença dos pajés que, unidos, conseguiram a permissão dos encantados para o trabalho do grupo e com a ajuda da equipe do MAE-USP, as mulheres também foram autorizadas a manipular as penas sagradas da ema. Também foi restaurada a peça RG 2716 Armadilha para pesca por Candido Mariano Elias, Gerolino Cezar e Afonso Lipu.

Nessa oportunidade, Gerolino Cezar produziu uma nova peça com penas de ema que sobraram, um penacho de pena de emas, objeto do pajé. Dona Ingracia portou o seu, semelhante àquele feito, com seu chocalho durante todos os dias no MAE-USP.

COLEÇÃO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em 1986 o Museu Paulista recebeu uma grande coleção adquirida pela Rhodia para a organização de exposição no Museu de Arte de São Paulo. A doação foi realizada pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, conforme Documento 124. Duas peças Terena³³, procedentes do Oeste do Mato Grosso do Sul, entre os rios Paraguai e Paraná, fazem parte da coleção:

- RG 14065 – Abano carandá.
- RG 14066 – Abano pindó.

Consultamos o livro “Trançados Brasileiro”, organizado por Jacob Klintowitz (1985), mas não encontramos nenhum indício de que as peças fizeram parte da exposição de mesmo nome. Provavelmente os abanos foram comprados, mas não expostos.

³³ Muitos dos objetos da coleção estão indicados à mão como “sertanejos”.

OUTROS OBJETOS – VERA PENTEADO COELHO E RODRIGUES PEDRO

Na base de dados do MAE-USP constam 23 objetos relacionados aos Terena, sendo um deles um pote de cerâmica VCP216, identificado como peça coletada por Vera Penteado Coelho.

Apesar dos esforços institucionais, a base de dados disponível contém os itens do acervo incorporados, como se deve, mas o processo ainda receberá adequações e aperfeiçoamentos, por isso os itens Terena deverão sofrer correções³⁴.

No Quadro 3 está a relação dos objetos Terena sob a guarda do MAE-USP, com algumas informações básicas, visando colaborar com futuras pesquisas.

O Terena Rodrigues Pedro, TI Icatu, durante os trabalhos, fez questão que guardássemos um cinto que ganhou da sua mãe, tecido por ela. Ele quer que fique para seus netos e bisnetos, ou seja, um legado seu para as futuras gerações.

Quadro 3 – Objetos Terena no MAE-USP - relação atualizada em setembro de 2020.
Fonte: Organização Marília Xavier Cury, setembro de 2020.

Coleção Herbert Baldus, 1947. Origem - Terra Indígena Araribá (Avaí, SP)		
Total: 20 peças		
Número	Denominação	Denominação em Terena
RG 2700	Baixeiro	Ramake'e kamo
RG 2701	Baixeiro	Ramake'e kamo
RG 2702	Arco e flecha	Xúme
RG 2703	Chocalho	
RG 2704 (antes RG2705)	Fuso	Hupâe
RG 2705 (antes duplicado)	Fuso	Hupâe
RG 2706	Fuso	Hupâe
RG 2707	Abano de carandá	Keviti tûti herená
RG 2708	Fuso	Hupâe
RG 2909	Colher de pau	Kuye tepau
RG 2712	Arco e flecha	
RG 2713	Bodoque	Xékiye
RG 2714	Flauta	Oxopeti
RG 2716	Armadilha para pesca	Xumeno
RG 2717	Bodoque	Xékiye
RG 2720	Bolsa de algodão	Nipuku névoe ou Paxixi névoe
RG 2721	Cesta de bacuri	Veri tûti exáte
RG 3246	Pote cerâmico	Pôte
RG 3247	Pote cerâmico	Pôte
RG 4299	Cabaça ou poronga	Tororó
Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, 1986. Procedência - Oeste do Mato Grosso do Sul, entre os rios Paraguai e Paraná		
Total: 2 peças		
Número	Denominação	Denominação em Terena
RG 14065	Abano de bacuri	Keviti tûti exáte
RG 14066	Abano de carandá	Keviti tûti herená

³⁴ <http://www.sophia.mae.usp.br/>. Consulta em 08/09/2020. Informações complementadas de Francisca Barboza Figols pelo Serviço Técnico de Gerenciamento da Documentação, DAPE-MAE-USP em 08/09/2020.

Outros Total: 4 peças		
Número	Denominação/Denominação em Terena	Observação
RG 4441	Vestimenta da Hiyokena Kipâe	Entrada: anterior a 1914
VPC 216	Pote de cerâmica	Coletora: Vera Penteado Coelho. Entrada: 2002.
sem número	Penacho/Nguipahina Kipâe	Confecção: Gerolino Cezar em 03/2020
sem número	Faixa de cintura	Entregue ao MAE-USP para guarda. Agente: Rodrigues Pedro, TI Icatu. Entrada: 2018.
Total: 26 peças		

É importante destacar ainda a importância para os museus, mas principalmente aos povos indígenas, da localização de coleções etnográficas em instituições nacionais e internacionais através dos artigos produzidos no projeto Coleções etnográficas brasileiras: histórico e composição, coordenação de Thekla Hartmann na década de 1980 e 1990. O que trazemos aqui são apenas alguns registros, como a entrada em 1978 de duas peças Terena procedentes do Posto Cachoeirinha, MS, no Laboratório de Estudos Antropológicos da Unesp Presidente Prudente; e das peças Terena coletadas entre 1975-1981 por D. B. Oliveira em Miranda, MS, integradas ao Museu Histórico e Pedagógico Cacique Tibiriça, Pirapozinho (PAZINATTO, 1987). Klaus-Peter Kastner (1991) nos relata ainda a presença no Museu Estatal de Dresden de peças Terena de Mato Grosso coletadas em 1884 por R. Rohde e em 1910 por Th. Schumann.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos neste artigo mais de 70 anos de história da coleção Terena e das práticas museológicas no Museu Paulista e no MAE-USP. Tratamos de uma coleção relativamente recente se comparada a outras (DeBlasis e Morales, 1997), não por isso menos dificuldades foram encontradas ao enfrentar os diversos documentos disponíveis no Serviço Técnico de Gerenciamento do Acervo do MAE-USP. O que está apresentado é, em grande medida, um diagnóstico de questões que caracterizam a complexidade da política de gestão de acervo do MAE-USP.

O texto ora apresentado é de difícil leitura devido a tantos detalhes e esclarecimentos, constatações, encontros e desencontros, imprecisões e erros. Mas, a relação atualizada com a colaboração dos Terena consiste em proposta para que outros estudos se utilizem dela, aprofundando questões e agregando dados catalográficos, uma vez que, para a coleção Terena vinda do Museu Paulista do MAE-USP, a primeira etapa da catalogação, a trajetória museológica do objeto, está concluída, como exposto neste artigo.

No viés reflexivo da documentação museológica, sem perda de conexão com a coleção da qual faz parte, “[...] o objeto é individualizado, associado à pesquisa e produção de novos conhecimentos” (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 6), organizando-se o sistema de informação documentária para museus para que a informação possa ser recuperada. É relevante ressaltar a interdisciplinaridade entre museologia e antropologia ou arqueologia, entre outros campos, para a operação do sistema de informação quanto à

“[...] especificidade do objeto, já que, nesse caso, aspectos físicos e de conteúdo contribuem solidariamente para a sua significação e resultam de um processo de pesquisa. Mas nem por isso a pesquisa e a documentação coincidem” (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 7). A pesquisa (antropológica, arqueológica, etnoarqueológica, colaborativa etc.) é uma ferramenta essencial para a construção da informação e para a documentação, lembrando ainda sobre o esforço interdisciplinar necessário à construção da linguagem controlada e da classificação (HARPRING, 2016). Nesse sentido, vale ainda a citação de Damy e Hartmann:

O estudo das expressões materiais de culturas indígenas é um dos aspectos mais negligenciados na pesquisa etnológica, em grande parte devido à falta de informação sobre as coleções etnográficas existentes nos museus, especializados ou não. O interessado deve bater de porta em porta nessas instituições para verificar pessoalmente se armazenam materiais significativos para o trabalho a que se propõe. Artefatos indígenas brasileiros vêm sendo recolhidos desde 1500, mas o pesquisador não dispõe de uma obra de referência que o oriente quanto à sua localização, proveniência, número, condições de coleta, em resumo, sobre o seu potencial de pesquisa. (DAMY; HARTMANN, 1986, p. 220)

O que o artigo quer ressaltar é o extenso trabalho que ainda está por fazer, a começar pela localização das coleções etnográficas nos museus no Brasil³⁵, finalidade para a qual este artigo vem a contribuir pontualmente.

É importante, para concluir, dizer que este é um estudo de curadoria finalizado no que concerne ao percurso dos objetos. Mas, há mais informações construídas em conjunto com os Terena da TI Icatu e da Aldeia Ekeruá, TI Araribá que farão parte de um catálogo compartilhado, que reunirá, em uma mesma publicação, as informações etnográficas (representação) e as Terena (autorrepresentação). Por outro lado, está em organização um livro com os resultados da requalificação da coleção (2017), com autoria indígena. Por esse motivo, e em respeito às contribuições e aos saberes Terena, não os divulgamos.

³⁵ A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), desde 2018, pelo Comitê de Patrimônios e Museus, vem desenvolvendo o projeto de pesquisa Mapeamento de Coleções Etnográficas no Brasil. Também por esse projeto podemos ver a amplitude da ação.

DOCUMENTOS UTILIZADOS – DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS

Documento 2

Relação dos objetos adquiridos dos índios Krahó, aldeia de Pedra Branca e cabeceira Grossa Município de Pedro Afonso, rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, nos meses de setembro a novembro de 1947, por Harald Schultz, Assistente de Etnologia do Museu Paulista.

Documento 8

Conjuntos de documentos. 1 - “Relação do material etnográfico do senhor João Baptista Leite Alves, residente em São Paulo, rua Arthur Prado, 501, adquirido conforme autorização constante do P. no. 10679/47”, sem data. É assinado no final pelo diretor Sergio Buarque de Holanda, 6 folhas datilografadas com relação de objetos: Umutina, Bororo, Caduvéo, Caiuá, Inhacorá, Kaingang de São Paulo, Kaingang do Ivaí, Paraná, afluentes do rio Xingu. Os itens Caduvéo foram conferidos no cruzamento com os objetos Terena.

2 - Conjunto, sem data, compreende 10 folhas datilografadas com data de entrada e “número de ordem do objeto, que individualiza em relação à coleção”. Encontram-se relações de peças: Umutina, Guarani, Tereno, Kaduveo, Kayuá, Kaingang, Kamaiurá, Uaurá, Mehinako, Kayapó, Parecis, Apapokuva. Nos interessou as peças Kaduveo, pelo cruzamento de informações de peças Terena.

3 - Doc. 8 [1] “Relação do Material Kaduvéo” de diferentes coletores e datas de entrada, sem data, sem assinatura. Consiste em uma folha datilografada com a relação com 40 itens com RG. Faz parte do conjunto 30 “fichas catalográficas” datilografadas e à mão. O Doc. 8A [2] refere-se à “Coleção Harald Schultz” relacionada à mão em 10 folhas, sendo as últimas 5 em papel timbrado do Museu Paulista. Contém: Umutina, Bororo, Caduvéo, Caiuá, Guarani do litoral Paulista, Caingang de São Paulo, Caingang de Ivaí Paraná, Índios dos afluentes do Xingu.

A consulta ao Documento 8 teve eficiência relativa pela falta de detalhamento. As peças Terena coletadas na PI Araribá estavam relacionadas, mas foram contadas 25, números de ordem de objeto entre 167 e 184 e 186 e 192, e não 22 como esperado. No entanto, essas diferentes partes do Doc. 8 foram importantes para conferir o cruzamento Terena e Kadiwéu.

Documento 16

Relações e valores de peças Kaingang, Apapokuva e Caduveu em processo de compra pelo Museu Paulista de Kurt Franck ocorrido entre maio e agosto de 1947. Contém a relação datilografada a partir de manuscritos. Nos 4 manuscritos constam a relação e valores. A dúvida é se o manuscrito seria do Baldus, chefe da Secção de Etnologia do Museu Paulista, o que precisa ser conferido. As 4 folhas datilografadas estão assinadas por Kurt Franck, com visto do Diretor do MP (Sérgio Buarque de Holanda). Cada folha corresponde a uma compra em datas diferentes: datado por K. Franck, peças Apapokuva e Caduveu em 6.5.47, com entrada na Secretaria em 13.5.47; datado por Franck, peças Apapokuva em 19.5.47, com entrada em 27.5.47; datado por Franck em 23.5.47, peças Kaingang e Apapokuva, com entrada em 27.5.47; datado por Franck em 20.8.47, peças Kaingang, com entrada em 27.8.47. As peças indicadas como Caduveu, “2 cerâmicas dos índios Caduveu, a CR.\$40,00”, estão no meio de “Artefatos dos índios Apapokuva. Consideramos no documento as anotação aos objetos Caduveu, para elucidar confusões de registros com as peças Terena.

Documento 19

Relação de peças com quantidade e valores pagos a Fernando Altenfelder Silva, datado em 09 de abril de 1947, assinado pelo mesmo, com a conta, dado entrada na Secretaria do Museu Paulista em 02 de maio de 1947. À caneta tinteiro preta está “Índios Tereno” com grifo e abaixo assinatura Vilma 1963 em azul. Na mesma cor, em folha avulsa, um registro manuscrito “O documento junto se refere a uma coleção feita pelo Dr Herbert Baldus entre os Terena. Data: S. Paulo 9/4/1946”, com a assinatura Vilma Chiara conservador: 28/2/63.

Documento 124 –

MAE 01768-01769-01770

Processo de doação de objetos etnográficos adquiridos pela Rhodia para a exposição e livro “Trançados Brasileiros”, Masp. A doação ao Museu Paulista pelo Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo, presidente Lucy Franco Montori, ofício datado em 14/04/1986. Do conjunto, foram consideradas duas peças Terena. Nesse documento há anotações manuscritas, indicando outras categorias de coleções/objetos, como a sertaneja.

Inventário 7

“Inventário do material exposto à visita pública nas diversas salas do Museu Paulista das Secções de Historia e Etnografia” identificado em capa amarela plastificada, com Termo de Abertura datado em 02/12/1932, com a anotação de que teve como base “... as notas lançadas nos livros de inventário de 1915-1917”, assinado pelo “Director do Museu Paulista Affonso E. Taunay”. Chegamos à informação de que esse é o Inventário 7, pois no documento não há nenhuma indicação sobre isso. Inventário organizado por sala de exposição. Na página 126 inicia-se “Sala B12 de Etnografia – Revisão do Inventário (Dezembro de 1932)”. Há a relação numerada de peças por armário com seus respectivos números, quando existem.

Livro de Registro Geral dos Bens Móveis da USP

Pasta com 36 folhas com relação de objetos, sem dados de coleta, folha A3. Documentação administrativa, mas apresenta o controle RUSP – Registro da USP, às vezes ajuda a elucidar dúvidas.

Registro da Secção de Etnologia

Conjunto de 15 volumes, sem termo de abertura, sem data, folhas de tamanho aproximado A3 (29,7cm X 42cm) presas por espiral. Os cadernos contêm as colunas Observação; No. Anterior; Local de Depósito; Data (Coleta e Entrada); Colecionador; Grupo Étnico; Objeto; R. Geral [Registro Geral]. Apesar de, aparentemente, ser o inventário mais recente, não é o mais atualizado, apresenta muitos erros, por isso não deve ser consultado isoladamente.

Livro de Tombo 1914

Apresenta a identificação: Livro de Tombo de 1914, Museu Paulista, Acervos: Arqueológicos e Etnográfico. Em outra cópia do material, constam “Catálogo I - ‘Colleção Ethnographica e Anthropologica Carlos von Koseritz’ e Catálogo II”.

Livro Marrom

Registro Geral da Secção de Etnologia do Museu Paulista, sem data. Encadernação com capa dura de cor marrom, relação de peças datilografadas na cor azul (cópia de carbono), numerado até a folha 100, mas com cerca de 200 folhas. No Livro estão os objetos relacionados, a começar pelo RG 1131 na primeira coluna, a última está destinada a Reg. anterior, na maioria das vezes esse campo encontra-se sem preenchimento. Os descritivos são sucintos (panela, cesto), mas às vezes é possível estabelecer uma relação com os inventários anteriores. Possivelmente década de 1950. No relatório de 1950 Baldus menciona a finalização do Registro Geral. DeBlasis; Morales (1997, p. 125) mencionam a separação da documentação e numeração das coleções etnográficas e arqueológicas em 1958.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: *Documentação e conservação de acervos museológicos*. Brodowski: ACAM Portinari; São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010. p. 48-79.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.Htm. Acesso: 25/10/2020.
- CERÁVOLO, Sueli; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 2007, Salvador. Anais do VIII Enancib, Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2831/1959>. Acesso: 25/10/2020.
- CERÁVOLO, Sueli; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, 241-252, 2000. São Paulo, Brasil: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC). Disponível em: <http://cidoc.mini.icom.museum/>. Acesso: 25/10/2020.
- CURY, Marília Xavier. Museu e exposição – O exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. In: *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 313-348.
- DAMY, Antonio S. A.; HARTMANN, Thekla. As coleções etnográficas do Museu Paulista: composição e história. *Revista do Museu Paulista, N. S., v. XXXI*, p. 220-267, 1986.
- DE BLASIS, Paulo A. D.; MORALES, Walter F. O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do Museu Paulista. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 7, p. 111-131, 1997.
- FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 585-612, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200006>.
- HARPRING, Patricia. Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. Brasília: IBRAM, 2016.
- KASTNER, Klaus-Peter. As coleções brasileiras do Museu Estatal de Etnologia de Dresden. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 1, p. 147-163, 1991.
- KLINTOWITZ, Jacob. *Trançado brasileiro*. São Paulo: Rhodia, 1985.
- LADKIN, Nicola. Gestão de acervo. BOYLAN, Patrick J. (Ed.). Como gerir um museu: manual prático. Brodowski, SP : Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari; São Paulo : Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015. p. 14-24.
- PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v.2).
- PAZINATTO, Renata Parada. Coleções etnográficas no interior do estado de São Paulo: composição e história. *Revista do Museu Paulista, N.S., v. 32*, p. 263-304, 1987.

ROBERTS, Andrew. Inventário e documentação. BOYLAN, Patrick J. (Ed.). Como gerir um museu: manual prático. Brodowski, SP : Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari ; São Paulo : Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015. p. 25-38.

VELOSO Júnior, Crenivaldo Regis. Índice de objetos, índice de histórias: o catálogo geral das coleções de antropologia e etnografia do Museu Nacional. Florianópolis, Ventilando Acervos, v. especial, n. 1, p. 71-89, 2019.

Relatórios consultados na Revista do Museu Paulista, N. S. (em ordem cronológica crescente)

BALDUS, Herbert. Relatório da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista N. S.*, São Paulo, vol. 2, p. 305-308, 1948.

BALDUS, Herbert. Relatório da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista*, n.s., São Paulo, vol. 4, p. 471-476, 1950.

BALDUS, Herbert. Relatório da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista N.S.* n. 5, p. 281-285, 1951.

BALDUS, Herbert. Relatório da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista*, n.s., São Paulo, vol. 6, p. 527-33, 1952.

BALDUS, Herbert. Relatório da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista*, n.s., São Paulo, vol. 7, p. 419-28, 1953.

BALDUS, Herbert. Relatórios da Seção de Etnologia. *Revista do Museu Paulista N.S.* n. 10, p. 1946-1958.

Inventários consultados (em ordem cronológica crescente)

Livro de Tombo 1914. Museu Paulista. Acervos: Arqueológicos e Etnográficos.

Inventário 7 (1º de dezembro de 1932, assinado por Affonso de E. Taunay) - Inventário do material exposto a visita pública nas diversas salas do Museu Paulista das Secções de História e Etnografia.

Registro Geral da Secção de Etnologia do Museu Paulista, sem data, posterior a 1947, possivelmente déc. 1950 - Livro de Capa Marrom

Registro Geral da Seção de Etnologia, sem data, tamanho A3.

Documentos consultados

Documentos 2, 8, 19, 124.